

Ao MM. Juiz de Direito ⁴³
VÁRA ÚNICA CÍVEL DA COMARCA
FÓRUM "DES. RAPHAEL CARNEI.
RUA AMARO ANTÔNIO BARBOSA
BAIRRO NOVO,
BOQUEIRÃO / PB
CEP.: 58.450-000.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Handwritten signature

Protocolo: PA00862160741

Data : 26/08/2016 Hora : 11:20:00

Tipo : APELACAO

Processo : 0000877-66.2014.815.0741

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : SIM

Comarca : BOQUEIRAO

Vara : VARA UNICA DE BOQUEIRAO

Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s):

VALDENICE LUZIA DA SILVA

Localizador: AG.PUB.NF



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUEIRÃO

Fórum "Des. Raphael Carneiro Arnaud"

Rua Amaro Antônio Barbosa, nº 30, Bairro Novo - CEP 58.450-000 - Tele/fax (83) 3391 2329

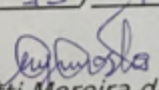
43

Processo nº 0000877 - 66.2014.815.0741

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao
Juiz de Direito para os devidos fins.

Boqueirão, 19 / 12 / 2016.


Maria Goretti Moreira da Costa
Técnica Judiciária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOQUEIRÃO

Processo Nº: 0000877-66.2014.815.0741

Natureza: Cobrança – Seguro DPVAT

Autora: Valdenice Luzia da Silva

Réu: Seguradora Líder

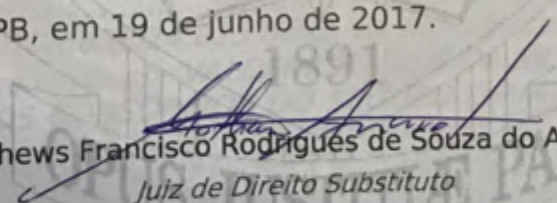
DECISÃO/DESPACHO

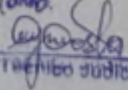
No caso, não houve a formação da relação jurídica processual, pois sequer houve citação válida.

Dispõe o Enunciado Administrativo nº 02/2016 do Colendo STJ que *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

Considerando que a sentença foi publicada no DJ de 07-06-2016 (fl. 29), determino a remessa dos autos ao Egrégio TJPB (art. 1.010, § 3º, CPC).

Boqueirão-PB, em 19 de junho de 2017.


Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral
Juiz de Direito Substituto

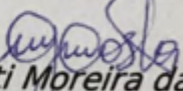
RECEBIMENTO
Em 19/06/2017 recebi estes autos em cartório.
Eu, 
Analista técnico judiciário

CERTIDÃO

Certifico que, por afluência de serviços nesta *Escrivania*, somente hoje foi procedido o expediente a seguir:.....

→ Expedi **ofício nº 529/2017** remetendo os presentes autos, ao TJ-PB. Dou fé.

Boqueirão, 09 / agosto / 2017.


Maria Goretti Moreira da Costa
Técnica Judiciária



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUEIRÃO
Fórum "Des. Raphael Carneiro Arnaud"
Rua Amaro Antônio Barbosa, nº 30, Bairro Novo – CEP 58.450-000
Tele/fax (83) 3391 2329 – e-mail: bqo.1vara@tjpb.jus.br

45

Ofício nº 529/2017.

Assunto: Remessa de processo em grau de recurso

Boqueirão, 09 de agosto de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor:

Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba em:

JOÃO PESSOA - PB, CEP 58.013-902

Praça João Pessoa, s/nº,

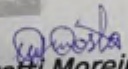
(Setor de Distribuição)

Senhor Presidente,

Com respeitosos cumprimentos e por ordem do Juiz de Direito Substituto desta Comarca, Dr. Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral, **REMETEMOS** a Vossa Excelência, para as devidas providências, os autos do processo a seguir:

→ Nº 0000877-66.2014.815.0741, da Ação Procedimento Ordinário – Seguro DPVAT, requerida por VALDENICE LUZIA DA SILVA contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, em grau de recurso.

Atenciosamente,


Maria Goretti Moreira da Costa
Técnica Judiciária – Mat. 468.875-9

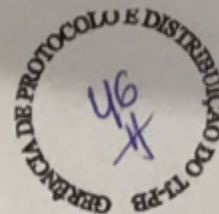
REMESSA

Em cumprimento a(o) despacho de fl. 44, procedo a remessa dos presentes autos à Egrégia Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado da Paraíba, após a devida anotação no STI, contendo 45 folhas, com as homenagens deste Juízo.

Boqueirão, 09 / agosto / 2017.

Maria Goretti Moreira da Costa
Técnica Judiciária

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE 2o. GRAU



TERMO DE RECEBIMENTO

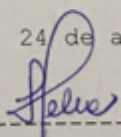
N. Novo 2º: 0000877-66.2014.815.0741 N. Novo 1º: 0000877-66.2014.815.0741
Data de Entrada : 21/08/2017 Hora: 15:24
Numero de Volumes: 1 Qtd Folhas: 45 Qtd de Apensos:
Numeracao : 02 A 46 Qtd Vol.Apenso:
Numero de Folhas : Repetidas: Omitidas:
Em Branco:
Agravo Retido as folhas de : a

Classe : APELACAO
Assunto: SEGURO.

Historico : AC. DED. P VALDENICE LUZIA DA SILVA C SENT DA VA
RA UNICA DA COMARCA DE BOQUEIRAO MOV C SEGURADO
RA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT NO PROC
00008776620148150741

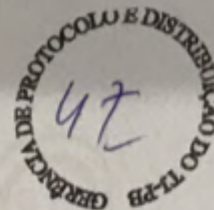
Autor: VALDENICE LUZIA DA SILVA
Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Joao Pessoa, 24 de agosto de 2017



Responsavel pela Digitacao

Maria Hália B. do Nascimento
RG. 115.327-5



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO,
REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000877-66.2014.815.0741 Processo CPJ:
Proc 1º Grau: 0000877-66.2014.815.0741 Processo 1º:
Autuado em : 21/08/2017
Classe : APELACAO Volumes : 01
Valor da Causa :
Comarca : 006 BOQUEIRAO

Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 25/08/2017 15:05
Órgão Julgador : 1A. CAMARA CIVEL
Relator : 091 DES. LEANDRO DOS SANTOS

Assunto :
SEGURO.

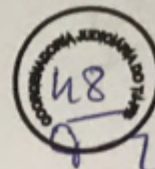
IDENTIFICACAO DAS PARTES:

APELANTE : VALDENICE LUZIA DA SILVA
ADVOGADO : PATRICIO CANDIDO PEREIRA
APELADO : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
: SEGURO DPVAT S/A

JOAO PESSOA, 25 DE AGOSTO DE 2017

RESPONSAVEL PELA DIGITACAO

André Nam
476.533-8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁIBA
CAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

DATA

APELAÇÃO
Aos 28 dias do mês de agosto de 2017, foram-me entregues estes autos com o termo, retro. E, para constar, assino este termo.

Vistos etc.

Intime-se o Relator para fazer voltar a posível
intempestiv

an.
Josefa Barbosa de S. Alves
Técnica Judiciária

Cumpra-se

João Pessoa, 08 de setembro de 2017

CONCLUSÃO

Dezembro
Aos 28 do mês de agosto de 2017, faço conclusão destes autos ao Relator. E, para constar, assino este termo.

an.
Josefa Barbosa de S. Alves
Técnica Judiciária

RECEBIDO HOJE

JOÃO PESSOA,

30/08/2017

ASSESSORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

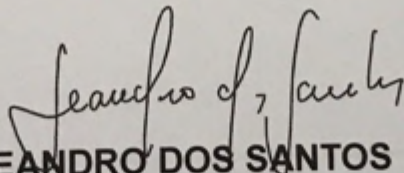
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000877-66.2014.815.0741

Vistos etc.

Intime-se o Apelante para falar sobre a possível intempestividade do seu Recurso, no prazo de 05 dias.

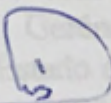
Cumpra-se.

João Pessoa, 05 de setembro de 2017


Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
Relator

DATA

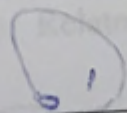
Aos 12 dias do setembro de 2017, foram-me entregues estes autos com o despacho retro. E, para constar, assino este termo.



Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico, que nesta data, foi publicado o
Despacho, em data de 11 /09/2017 .
João Pessoa, 12 de setembro de 2017.



Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

51
P.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000577-66/2014.815.0741

CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, decorreu o prazo, sem pronunciamento da parte devidamente intimada. Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 24 de outubro de 2017.

Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

João Pessoa, 24 de outubro de 2017

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
Relator

CONCLUSÃO

Aos 24 dias do mês de outubro de 2017, faço conclusão destes autos ao Exmo. Des. Relator. E, para constar, assino este termo.

Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

RECEBIDO HOJE

JOÃO PESSOA, 26 / 10 / 2017

ASSESSORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

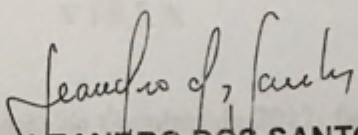
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000877-66.2014.815.0741

Vistos etc.

Remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do art. 109 da Constituição do Estado da Paraíba¹.

Cumpra-se.

João Pessoa, 31 de outubro de 2017.

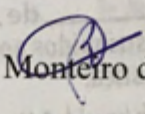

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
Relator

¹ Art. 109. O Ministério Público intervirá em todos os processos de competência do Tribunal Pleno e de seus órgãos.

RECEBIDO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Recibo o presente processo na Diretoria
de Apoio Funcional-DIAFU
Em: 31/10/2017
Responsável: _____

DATA

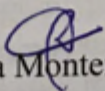
Aos 31 dias do mês de Outubro de 2017, foram-me entregues estes autos com Despacho retro. E, para constar, assino este termo.


Braucia Monteiro de Lima

Auxiliar Judiciário

VISTA

Aos 31 dias do mês de Outubro de 2017, faço estes autos com VISTA ao Exmo. Dr. Procurador de Justiça. E, para constar, assino este termo.


Braucia Monteiro de Lima

Auxiliar Judiciário

RECEBIDO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Recebi o presente processo na Diretoria
de Apoio Funcional-DIAFU

Em: 01/11/2017

Responsável: [assinatura]

VISTAS

Aos: 06 de 11 de 2017

Faço estes autos distribuídos ao Exmo(a)
Procurador(a) de Justiça:

Dra. Janete Maria Ismael da C. Macedo
Para constar assino

[assinatura]

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE APOIO FUNCIONAL

Recebi o presente processo nessa DCOPP
com parecer nº 94.666-0
contendo 87766 laudo(s) impressa(s) e assinada(s)

Em:

Responsável

98.14.7017 e 805.0741
2014
1410



Ministério Público do Estado da Paraíba
1ª Procuradoria de Justiça Civil
Gab. Pco. Janete Maria Ismael da Costa Macedo

Pelo Ministério Público.

Segue parecer em 04 (quatro) laudas impressas e por mim assinadas.

João Pessoa, 23 de novembro de 2017.

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Procuradora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE APOIO FUNCIONAL

Recebi o presente processo nessa DCOPP com o
Parecer nº. **0000877-66.2014.815.0741**
contendo 04 laudas(s) impressa(s) e assinada(s).
Em, 23/11/2017.

Responsável _____



Ministério Público do Estado da Paraíba
1ª Procuradoria de Justiça
Gab. Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0000877-66.2014.815.0741 – BOQUEIRÃO

Órgão Julgador : 1ª Câmara Cível.
Relator : Des. Lenadro dos Santos
Apelante : Valdenice Luzia da Silva
Apelado : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.
Procuradora de Justiça : Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo¹

PARECER

Trata-se de apelação cível interposta por **VALDENICE LUZIA DA SILVA** (fls.30/40), atacando sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Boqueirão (fls. 25/26v), nos autos de uma **AÇÃO DE COBRANÇA**, movida em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**.

O juiz sentenciante extinguiu o processo sem resolução do mérito, sob alegação de que faltou ao autor interesse processual, pois não teria requerido nas instâncias administrativas antes de intentar com a demanda judicial.

Inconformado, pugna o apelante pelo provimento do recurso, requerendo a anulação da sentença combatida, devolvendo-se os autos à origem, para a devida instrução processual, não podendo-se exigir do autor, ora recorrente, o prévio requerimento administrativo, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição ou

alternativamente, que seja o réu condenado ao pagamento de indenização por invalidez permanente do autor.

2 56
p.

Sem contrarrazões.

Nesta instância, os autos vieram ao Ministério Público.

É o relatório.

DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Analisando os autos, observa-se a satisfação dos pressupostos recursais intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse recursal e inexistência de fato extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos (regularidade formal, tempestividade e inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer ou do seguimento do recurso).

Dessa forma, reunindo os pressupostos de admissibilidade, é de se considerar que o presente recurso merece ser conhecido.

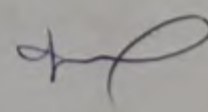
DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO

O recurso merece provimento.

A demanda em análise gira em torno de uma *AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE DPVAT*, visando o pagamento de prêmio relativo ao seguro obrigatório DPVAT, em virtude de acidente de trânsito sofrido pelo autor no dia 13/04/2013.

Pois bem.

Inicialmente cumpre registrar, que o Supremo Tribunal Federal quando do julgamento com repercussão geral do RE 631.240, analisando questão atinente à concessão de benefícios previdenciários, decidiu que o prévio requerimento administrativo é indispensável para legitimar a propositura da demanda, isto sob o enfoque do interesse como condição da ação, uma vez que sem ele não resta caracterizada lesão ou ameaça de direito, não se podendo concluir pela existência de lide a ser solucionada pelo judiciário.



3 57
p.
2
Além disso, definiu que a exigência de tal requerimento não fere a garantia constitucional de livre acesso ao judiciário, prevista no art. 5º, XXXV, da CF/88.

Na mesma oportunidade, **COM O FIM DE EVITAR PREJUÍZOS ÀS PARTES**, foram estabelecidas algumas **ressalvas** quanto à aplicação do novo entendimento às ações em curso. Vejamos:

"(...) 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (**03.09.2014**), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) **caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito**; (ii) **caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão**; (iii) **as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir.**

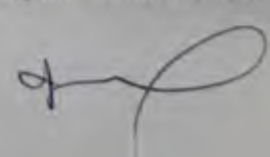
7. **Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo.** Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. (...)"

Posteriormente, o Pretório Excelso, em demanda que versava a respeito do Seguro DPVAT (RE 824.715), aplicou o posicionamento:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Constitucional. Garantia de acesso ao poder judiciário. Exigência de requerimento prévio. Caracterização do interesse de agir. Ausência de afronta ao art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República. Ação de cobrança do seguro DPVAT. **Requerimento inexistente mas desnecessário porque atendida regra de transição pela contestação de mérito da seguradora (re 631.240).** Agravo regimental ao qual se nega provimento. (STF; RE 824715; Segunda Turma; Relª Min. Cármen Lúcia; Julg. 19/05/2015; DJE 03/06/2015; Pág. 36)

Desse modo há de ser anulada a sentença de mérito, senão vejamos.

No caso dos autos, a demanda foi distribuída em 19/08/14 e levando em consideração que não houve citação para a seguradora ré/apelada apresentar contestação de mérito, logo, a hipótese vertente enquadra-se na **fórmula de transição** criada pelo STF, consistente no sobrestamento do feito para que sejam tomadas as providências do **item 7**, acima transcrito.



Por tais razões, o Ministério Público Estadual, por sua Procuradoria de Justiça Cível, opina pelo provimento do recurso, para que seja anulada a sentença vergastada, anulando-se a Sentença, como determinação do retorno dos autos à instância singular, a fim de que o Magistrado de primeiro grau dê prosseguimento ao processo observando a regra de transição estabelecida pelo Excelso STF quando do julgamento do RE 631.240.

João Pessoa, 23 de novembro de 2017.

Janete Maria Ismael de Costa Macedo
Procuradora de Justiça

59



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA
SAZ. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000877-48.2014.815.8741

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS DATA

APELANTE : Valdenice Lúcia de Silva

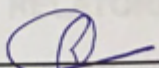
ADVOGADO : Aos 01 do mês de Dezembro de 2017, foram-me entregues estes autos com o termo retro. E, para constar, assino este termo.

APELADA : S/A

ORIGEM : Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão

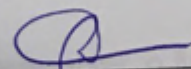
JUZ : Fabricio Moreira Macedo

RELATÓRIO


Braucia Monteiro de Lima
Auxiliar Judiciário

CONCLUSÃO

Aos 01 do mês de Dezembro de 2017, faço conclusão destes autos ao Relator. E, para constar, assino este termo.


Braucia Monteiro de Lima
Auxiliar Judiciário

RECEBIDO HOJE

JOÃO PESSOA, 01/12/2017

ASSESSORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000877-66.2014.815.0741
RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
APELANTE : Valdenice Luzia da Silva
ADVOGADO : Patrício Cândido Pereira, OAB-PB 13.863-B
APELADA : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
ORIGEM : Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão
JUIZ : Fabrício Meira Macedo

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por VALDENICE LUZIA DA SILVA contra a Sentença de fls. 25/26v proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT ajuizada em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, acolheu a preliminar de ausência de interesse processual, com base no art. 267, I, do CPC/73, devido à falta de prévio requerimento administrativo.

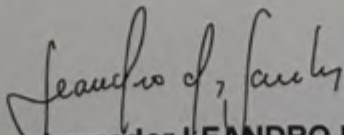
Em suas razões (fls. 30/40), a parte Apelante pugna pela anulação da Sentença e a devolução dos autos ao Juízo *a quo* para a devida instrução.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público opinou, fls. 55/58, pelo provimento do Recurso, para que seja anulada a Sentença, determinando que os autos retornem à origem para o regular prosseguimento do feito.

É o relatório.

Peço dia para julgamento.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2017.


Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
Relator

61
01

DATA

Aos 15 dias do mês de 01 do ano 2018, foram-me entregues, estes autos com o _____ retro. E, para constar, assino este termo.

01
Técnica Judiciária

CONCLUSÃO

Aos 15 dias do mês de 01 do ano 2018, faço conclusão destes autos ao Exmo. Des. Presidente da 1ª Câmara Especializada Cível deste Tribunal. E, para constar, assino este Termo.

01
Técnica Judiciária

Vistos etc.

Inclua-se em Pauta.

Cumpra-se.

João Pessoa, 15 de 01 de 2018.

Desa Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Desa Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
RELATORA

62
on.

DATA

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2017, foram-me entregues estes autos com **Despacho** retro. E, para constar, assino este termo.

Josefa Barbosa de S. Alves
Técnica Judiciária

APRESENTAÇÃO

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2017, apresento estes autos a Assessoria da 1ª Câmara Especializada Cível. E, para constar, assino este termo.

Josefa Barbosa de S. Alves
Técnica Judiciária

Evandro de Souza Neves Junior
Assessor da 1ª Câmara Cível



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROCESSAMENTO
ASSESSORIA DA PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL**

80) Apelação Cível nº 00008776620148150741

CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Primeira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária hoje realizada, apreciando o processo acima indicado, assim decidiram:

COTA: adiado em face do adiantar da hora.

Presente à sessão o representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto" do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 13 de março de 2018.

Évandro de Souza Neves Junior
Assessor da 1ª Câmara Cível



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROCESSAMENTO
ASSESSORIA DA PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

41) Apelação Cível nº 00008776620148150741

CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Primeira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária hoje realizada, apreciando o processo acima indicado, assim decidiram:

Provido parcialmente. Unânime - EH

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do relator, o Exmo. Des. Leandro dos Santos, a Exma. Des^a. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, o Exmo. Des. José Ricardo Porto.

Presente à sessão o representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto" do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de março de 2018.

Evandro de Souza Neves Junior
Assessor da 1ª Câmara Cível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000877-66.2014.815.0741

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

APELANTE : Valdenice Luzia da Silva

ADVOGADO : Patrício Cândido Pereira, OAB-PB 13.863-B

APELADA : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ORIGEM : Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão

JUIZ : Fabrício Meira Macedo

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do re 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015).

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, em **PROVER PARCIALMENTE O APELO**, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fl. 64.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por VALDENICE LUZIA DA SILVA contra a Sentença de fls. 25/26v proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT ajuizada em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, acolheu a preliminar de ausência de interesse processual, com base no art. 267, I, do CPC/73, devido à falta de prévio requerimento administrativo.

Em suas razões (fls. 30/40), a parte Apelante pugna pela anulação da Sentença e a devolução dos autos ao Juízo *a quo* para a devida instrução.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público opinou, fls. 55/58, pelo provimento do Recurso, para que seja anulada a Sentença, determinando que os autos retornem à origem para o regular prosseguimento do feito.

É o relatório.

VOTO

A Autora postulou o pagamento do seguro obrigatório (DPVAT), após ter sido vítima de acidente de trânsito, em 13 de abril de 2013, sofrendo diversas lesões.

Compulsando os autos, verifico que toda a irresignação da Recorrente concentra-se na Decisão de primeiro grau que extinguiu o feito sem resolução de mérito, sob o argumento de não ter sido juntado pela parte Autora documento comprobatório da resistência ou negativa do pedido administrativo.

Pois bem.

É certo que o fato de a Constituição Federal reconhecer a todas as pessoas o direito a obter a tutela judicial efetiva por parte dos juízes ou Tribunais, no exercício de seus direitos e interesses legítimos, não desobriga ao cumprimento das condições da Ação e dos pressupostos processuais legalmente estabelecidos, que não obstante seu caráter limitador, caracterizam-se pela plausibilidade e constitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal, na mesma linha de raciocínio seguida no Recurso Extraordinário nº 631.240, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida, assentou que a necessidade de prévio requerimento administrativo também é condição para o acesso ao Poder Judiciário nas Ações de Cobrança de seguro DPVAT (RE Nº 824712).

Vejamos os julgados citados:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo

Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingui-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (STF: RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE

TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF: RE 824712 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO Dje-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015).

Todavia, chamo a atenção para a existência da regra de transição citada em ambos os arestos.

Com efeito, segundo o RE nº 631.240, tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, foi estabelecida uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso e, em todas as hipóteses previstas, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da Ação como termo de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.

No presente caso, como a Ação foi proposta em 07.08.2014 (fl. 02), isto é, **antes do marco posterior ao julgamento do precedente paradigma (03.09.2014)**, se aplica a regra de transição. Como não houve Contestação, a Ação se enquadra no item III mencionado no paradigma:

(iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo.

Compulsando os autos, observa-se que o Juiz *a quo* determinou a intimação da parte Autora para comprovar, no prazo de 10 dias (fl. 21). Contudo o Acórdão paradigma estabelece que a parte seja intimada para dar entrada no pedido administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo.

Desse modo, não tendo sido observado o Acórdão do STF, deve a Sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito ser anulada.

A Primeira Câmara Especializada deste Tribunal já se manifestou nesse sentido:

APELAÇÃO Nº 0000844-65.2013.815.0271. ORIGEM: GAB. DO DES. RELATOR. RELATOR: Des. José Ricardo Porto. APELANTE: Ariosvaldo Rodrigues de Lima Júnior. ADVOGADO: Nilo Trigueiro Dantas. APELADO: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. **AÇÃO AJUIZADA ANTES DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL DA IRRESIGNAÇÃO.** (...) (STF: RE 631.240, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) Com essas considerações, encontrando-se a decisão recorrida em confronto com jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, nos termos do art. 557, § 1-A, da Legislação Adjetiva Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para anular a sentença, baixando-se o processo para que fique sobrestado, determinando, ainda, que o juiz de primeiro grau intime o autor a dar entrada no pedido administrativo em 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, a seguradora deve ser notificada para que, em 90 (noventa) dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir, tudo nos termos da regra de transição prevista no RE nº 631.240. (DJ do dia 02/07/2015).

No mesmo norte, Decisão do Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides:

APELAÇÃO Nº 0015379-13.2014.815.2001. ORIGEM: 1ª Vara Cível da Capital. RELATOR: Des. Saulo Henriques de Sá E Benevides. APELANTE: Joao Vanceslau da Silva. ADVOGADO: Stelio Timotheo Figueiredo. APELADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/a. - **AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CARÊNCIA DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.**

NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO IMPOSTA NO ACÓRDÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. APLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA DECISÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL. - (...) (STF: RE 631.240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) Vistos, etc. - DECISÃO: Por tais razões, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento parcial ao recurso, ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, anulando a sentença. (DJ do dia 02/09/2015)

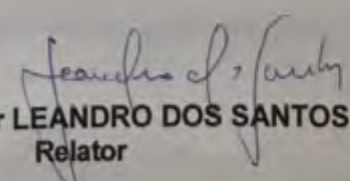
Com essas considerações, encontrando-se a Decisão Recorrida em desarmonia com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, **PROVEJO PARCIALMENTE O RECURSO, para anular a Sentença, baixando-se o processo para que fique sobrestado, determinando, ainda, que o juiz de primeiro grau intime a parte autora para dar entrada no pedido administrativo em 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, aguardando, assim, o desfecho desse pleito.**

É o voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, a Excelentíssima Desembargadora **Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti** e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

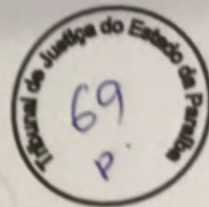
Presente à sessão a representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto" do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de março de 2018.


Desembargador **LEANDRO DOS SANTOS**
Relator

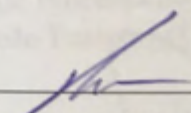


ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



CERTIDÃO

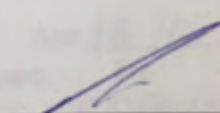
Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que os presentes autos foram-me entregues, nesta data, com o ACÓRDÃO retro. Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 dias do mês de **abril** de 2018.



Escrivão do Recurso

CERTIDÃO

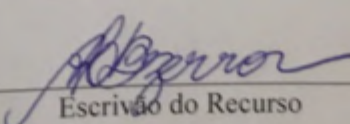
Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que o referido ACÓRDÃO foi REGISTRADO na data infra.
Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 dias do mês de **abril** de 2018.



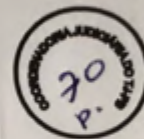
Escrivão do Recurso

CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que as conclusões do mencionado ACÓRDÃO foram publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do dia 03 de 04 de 2018, em conformidade com o que preceitua a Lei nº 11.419/2006 c/c Resolução TJPB nº 11/2012. E, para constar, assino este termo. João Pessoa, 03 de 05 de 2018.



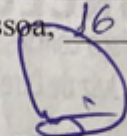
Escrivão do Recurso



CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que no dia 26/04 /2018, decorreu o prazo de lei sem interposição de recurso, aos termos do **ACÓRDÃO/DECISÃO** de fls.

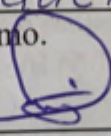
Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 16/05 /2018.



Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

REMESSA

Aos 16/05 /de 2018, faço remessa destes autos ao Exmo. Dr. Juiz de Direito da COMARCA DE BOQUEIRÃO - PB
E, para constar, assino este termo.



Francisco de Assis da Costa Ferreira
Técnico Judiciário

RECEBIMENTO
Em, 25/06/18, recebi estes
autos em Cartório
[Assinatura]
Analista/Técnico Judiciário

CONCLUSÃO
Nesta data, faço conclusão destes autos ao
Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca.
Boqueirão/PB, 25/06/18
[Assinatura]
Analista/Técnico Judiciário



ESTADO DA PARAÍBA
Poder Judiciário
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOQUEIRÃO

Processo Nº: 0000877-66.2014.815.0741
Natureza: Ação de Cobrança – Seguro DPVAT
Autora: Valdenice Luzia da Silva
Ré: Seguradora Líder

DESPACHO

Pode o magistrado a qualquer tempo ordenar a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita (art. 99, § 2º, do CPC)¹.

Embora o benefício da Justiça Gratuita possa ser concedido/revisado a qualquer tempo, inexistente nos autos prova esmerada da necessidade da parte autora, mas somente a alegação de pobreza, sem qualquer elemento seguro de convicção acerca dos efetivos ganhos e despesas, a ensejar dúvida sobre a alegada falta de recursos, a recusa à ajuda do Estado é medida que se impõe.

Em tais situações, a condição de necessitado(a) não pode ser presumida, sendo necessário comprovar o risco de prejuízo do sustento familiar advindo do pagamento das custas processuais.

Por todos:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CORREÇÃO. O simples fato de ter sido deferido o benefício da gratuidade ao agravante na fase de conhecimento do processo, não impede que o magistrado, a qualquer tempo, renove a sua convicção, mediante a determinação de juntada de documentos atualizados, modo a aferir a necessidade ou não de manutenção do benefício inicialmente concedido. Decisão singular que revogou o benefício da justiça gratuita, que merece ser mantida. Pagamento das custas ao final, que não encontra amparo legal. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO, em decisão monocrática.” (TJRS - AI Nº 70062015839. Relator: Nelson José Gonzaga, 18ª Câmara Cível, J. 15/10/2014, DJ 16/10/2014).

Destarte, **intime-se** a requerente para em 30 dias:

1. Nos termos do Acórdão (fl. 68), **dar entrada no pedido administrativo**, sob pena de extinção;
2. Juntar **cópias dos comprovantes de rendimentos dos últimos 03 (três) meses e/ou, cumulativamente**, os seguintes documentos, sob pena de revogação do benefício da gratuidade de justiça:
 - a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses;

¹ “A declaração de pobreza, para efeito de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta presunção relativa, podendo o magistrado investigar a situação financeira do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais.” (STJ - AgRg no Ag 1.230.024/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 18/2/2014, DJe 26/2/2014).

- b. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;
- c. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;
- d. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor;
- e. cópia de cartão de inscrição em programas sociais, a exemplo do "Bolsa Família";
- f. a guia das custas processuais iniciais, emitida no site deste Tribunal, que indique o valor a ser recolhido.

Boqueirão-PB, 27/06/2018.

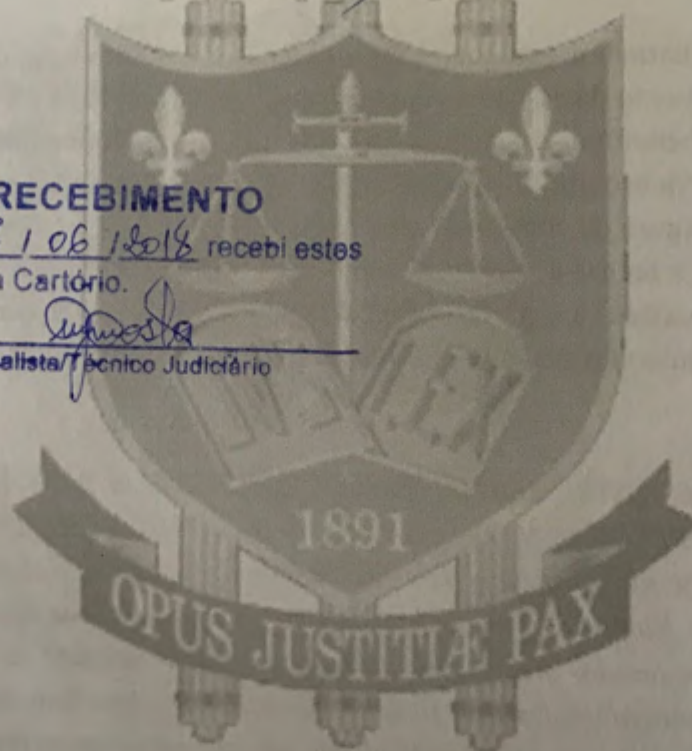
Juiz de Direito

Fabício Meira Macêdo
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em, 27/06/2018 recebi estes
autos em Cartório.

Eu, [Assinatura]
Analista/Técnico Judiciário



TJPB
VJB01M06

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS

17/09/2018
16:15:12

PUBLICACAO

- 1 - Inclusao
- 2 - Alteracao
- 3 - Exclusao
- 4 - Consulta

Opcao: 1

Data da Inclusão: 17/9 /2018

Nota de Foro : 144/18

Nº Processo : 877 66 2014 815 0741

Nº Siscom : —

Tipo Publicação : 01 (?)

Nº Publicacao : —

F3 RETORNA

F4 MOVIMENTACAO

F9 ENCERRA

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data solicitei via **STI**:

- ☐ Mandado(s) nº _____
- ☒ Nota de Foro nº 144/18
- ☐ Edital nº _____
- ☐ Outros _____

Boqueirão-PB, 17 / 09 / 2018

[Assinatura]
Analista / Técnico Judiciário

- Intime-sea parte autora para que se manifeste sobre o teor dos documentos de fls. 45/47, em quinze dias.
- 00767** Processo: 0000075-32.2016.815.0601 - DIVORCIO LITIGIOSO AUTOR: S. M. S. ADVOGADO: 010492PB ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNCAO. REU: M. G. L. M. ADVOGADO: 018400PB ADILSON ALVES DA COSTA. Despacho: Intime-seas partes para juntar o acordo, conforme termo de audiência de fls.75, no prazo comum de 15(quinze) dias.
- 00768** Processo: 0000167-44.2015.815.0601 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: MARIA LUCIA FREIRE MACEDO ADVOGADO: 010751PB CLAUDIO GALDINO DA CUNHA , 015222PB MARCOS EDSON DE AQUINO. Despacho: Intime-seintimem-se as partes para conferência dos cálculos apresentados pelo contador judicial em consonância com a sentença/acórdão, no prazo sucessivo de 15(quinze) dias.
- 00769** Processo: 0000664-63.2012.815.0601 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: SANTUENIO CARDOSO DE SOUSA ADVOGADO: 014670PB AUGUSTO CARLOS B. ARAGAO FILHO. Despacho: Intime-sea parte exequente para apresentar planilha de cálculos atualizada com acréscimo da multa de 10%, em 15(quinze) dias.

BONITO DE SANTA FE

VARA UNICA DE BONITO DE SANTA FE NF 067/18 (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).

- 00770** Processo: 0000318-02.2014.815.0421 - Acao Penal de Compet REU: GILVAN MICIANO PEREIRA ADVOGADO: 005556PB SEVERINO DOS RAMOS ALVES RODRIGUES , 024361PE NADYJANE OLIVEIRA AMORIM. Despacho: Intime-se o advogado do réu para tomar ciência da designação da reunião do Tribunal do Júri da Comarca de Bonito de Santa Fé/PB, para o dia 23 de outubro de 2018, às 08:00 horas, no fórum local.
- 00771** Processo: 0000318-02.2014.815.0421 - Acao Penal de Compet REU: GILVAN MICIANO PEREIRA ADVOGADO: 005556PB SEVERINO DOS RAMOS ALVES RODRIGUES , 024361PE NADYJANE OLIVEIRA AMORIM. Ato Ordinatório: Intime-se o advogado do réu para tomar conhecimento da carta precatória expedida às fls., 412 dos autos.

BOQUEIRAO

VARA UNICA DA COMARCA DE BOQUEIRAO NF 144/18 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00772** Processo: 0000325-04.2014.815.0741 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: CIDEVAL DA SILVA SANTOS REU: IDEAL VEICULOS ADVOGADO: 014998PB OSVALDO QUEIROZ DE GUSMAO , 009362PB OSMAR TAVARES DOS SANTOS JUNIOR. Despacho: Intime-se a parte promovida para no prazo de 05 dias falar sobre o petitório de fls. 192/194, dos presentes autos.
- 00773** Processo: 0000470-94.2013.815.0741 - USUCAPIAO AUTOR: POSTO DE COMBUSTIVEIS E RESTAURANTE MARKA LTDA ADVOGADO: 002638PB LEONILDO APOLINARIO DE MACEDO. REU: ESPOLIO DE FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO ADVOGADO: 002638PB LEONILDO APOLINARIO DE MACEDO. Despacho: Intime-se a parte autora para em 05 dias recolher o valor complementar das custas prévias processuais, considerando o valor da causa acima indicado, (R\$150.000,00), bem como os recolhidos já realizados (fls. 23, 70/72).
- 00774** Processo: 0000877-66.2014.815.0741 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: VALDENICE LUZIA DA SILVA ADVOGADO: 013863PB PATRICIO CANDIDO PEREIRA. REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Despacho: Intime-se a parte autora para conhecimento e cumprimento, no prazo de 30 dias, do despacho de fls.71, proferido nos presentes autos.

BREJO DO CRUZ

VARA UNICA DE BREJO DO CRUZ NF 102/18 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00775** Processo: 0000040-59.2012.815.0101 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO HONDA S/A ADVOGADO: 009259A ALDENIRA GOMES DINIZ. Despacho: Intime-sea parte autora da sentença de extinção e de fls 57
- 00776** Processo: 0000050-11.2009.815.0101 - MONITORIA AUTOR: ANAMELO DE SOUZA ADVOGADO: 003612PB DENELON ARNAUD NETO , 013221PB NUBIA ATHENAS S ARNAUD. REU: ESPOLIO DE JOSE SILVEIRA DE ALENCAR ADVOGADO: 009176PB JAQUELINE LOPES DE ALENCAR. Despacho: Intime-seas partes da sentença de rejeição de embargos de fls 100
- 00777** Processo: 0000123-41.2013.815.0101 - TUTELA E CURATELA - AUTOR: LENILDA DUDA DE LIMA ADVOGADO: 004497PB JOSE ODIVIO LOBO MAIA. Despacho: Intime-sea parte autora da sentença de extinção do processo sem resolução do mérito ante a falta de interesse de agir
- 00778** Processo: 0000131-13.2016.815.0101 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: LEIDIANE DOS SANTOS

PREP

AR

74
A

Ao Excelentíssimo Senhor:

Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba em:

JOÃO PESSOA - PB. CEP 58.013-902

Praça João Pessoa, s/nº, Centro

(Setor de Distribuição)Of. nº 529/2016, Remessa Proc. nº 0000877-66.2014.815.0741 - VALDENICE LUZIA
DA SILVA x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Hilton Lins Fialho
Mat. 468.079-1DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT**Wilson Fernandes Ribeiro**
Mat. 8.906.323-6
Carreiro

CDD CENTRO

21 AGO 2017

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

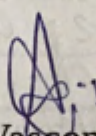
FC0463 Y 16

PB 114 x 186 mm

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, foi expedido nota de foro sobre o despacho de fls. 71 e até o momento não houve resposta, tendo o prazo já decorrido.

22/04/2019


Anselmo Vasconcelos Costa
Técnico Judiciário
Mat. 478.263-1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE BOQUEIRÃO**

Vistos os autos.

Defiro gratuidade da justiça, nos termos do art. 99, §3º, do CPC.

Deixo de designar audiência de conciliação (CPC, art. 334), tendo em vista considerar esta magistrada que, por versar a presente ação sobre matéria em que nunca há composição, não vislumbra plausibilidade de resolução do conflito pela via consensual.

Cite-se o promovido (CPC, art. 334, *caput*, parte final), por meio eletrônico (art. 246, V).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345, do CPC.

Boqueirão, 24/04/2019.

ANA CARMEM PEREIRA JORDAO VIEIRA
JUÍZA DE DIREITO

RECEBIMENTO

Em, 24/04/19 recebi estes autos
em Cartório.

Em, [assinatura]
Analista/Técnico Judiciário.

RECEBIMENTO
Em, 1 de Julho de 2019
em Cartão
Eu, Analista/Técnico Judiciário
recebi estes autos

CERTIDÃO
Certifico e dou fé que nesta data expedi o (a)
CARTA DE CITAÇÃO.
Boqueirão/PB. 01.08.2019
[Assinatura]
Analista/Técnico Judiciário



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUEIRÃO
Fórum "Des. Raphael Carneiro Arnaud"

Rua Amaro Antônio Barbosa, nº 30, Bairro Novo – CEP 58.450-000 - Tele/fax (83) 3391 2329

CARTA DE CITAÇÃO

Em, 01 de agosto de 2019.

Favor usar esta referência

AÇÃO: Procedimento Ordinário – Seguro

PROCESSO: nº 0000877-66.2014.815.0741

AUTOR(A): VALDENICE LUZIA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

De acordo com o que dispõe o art. 222 e seguintes do CPC e de ordem da Juíza de Direito Substituta desta Comarca, Dr^a Rafaela Pereira Toni Coutinho, **CITO** o(a)) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, através do seu representante legal, por todo conteúdo da petição inicial, e despacho de fl. ~~39~~ que ficam fazendo parte integrante da presente carta, por cópias, como se nesta transcritos fossem nos termos do art. 285 do CPC, de forma que, se o réu não contestar a ação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na inicial, nos autos da Ação em epígrafe, ajuizada por **VALDENICE LUZIA DA SILVA**, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

Atenciosamente,

Anselmo Vasconcelos Costa
Técnico Judiciário

Ao Ilustríssimo Senhor
Representantes legais do **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro na Cidade do:

RIO DE JANEIRO – RJ CEP. 20.031-201